



Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual¹

Ana Elisa Ribeiro²
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais,
Belo Horizonte, MG

Resumo

Este trabalho focaliza a atuação do revisor de textos, considerando-se distinções entre sua atuação e a de outros profissionais das redes de produção editorial. Com base em Chartier (2002) e em Martins (2005), apresenta-se uma breve discussão histórica do papel do revisor/corretor. Em seguida, propõe-se uma reflexão sobre a “ação pedagógica” presente na atividade de revisar, atentando-se para categorizações de tipos de correção feitas por Serafini (1989) e Ruiz (2001). Por fim, demonstra-se o “peso” da atividade de revisão em relação às intervenções feitas no texto, mesmo quando se trata de uma revisão de provas ou de uma correção mais “leve”.

Palavras-chave: revisão de textos; retextualização; reescrita; produção de texto.

Aspectos da revisão de textos na linha do tempo

Consideraremos, neste trabalho, a revisão e a preparação de textos como “fases” distintas da etapa da produção editorial, com base nos fluxos de produção, marketing e distribuição de Martins (2005), para o livro, ou nas diferenciações propostas por Yamazaki (2007) em relação à atuação do editor e de outros profissionais do texto.

Em obras clássicas, como, por exemplo, Araújo (1986), também edição de texto (ou preparação, algumas vezes) e revisão aparecem como operações distintas, não raro desempenhadas por profissionais diferentes, inclusive em relação à sua qualificação. A difícil distinção entre essas atuações, no entanto, foi sempre motivo de discussão. A linha que separa *preparar* de *revisar* textos é imprecisa e, atualmente, teve sua inexatidão aumentada pelas tecnologias digitais (Ribeiro, 2007). É importante, no entanto, que se retome esse debate, com base na história cultural.

É de fundamental importância aqui que se tome de empréstimo a tese fundamental de Chartier (em toda a sua obra, mas, neste trabalho, especialmente em

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Linguística Aplicada pela UFMG, em estágio pós-doutoral no programa de pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Minas; Professora de Português Instrumental nas graduações do CEFET-MG; professora do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET-MG; ex-gerente editorial de editoras mineiras. E-mail: anadigital@gmail.com



2002), qual seja, a de que a “materialidade do texto” ou a “inscrição de um texto na página impressa” (sua *performance*) traz implicações consideráveis (senão determinantes) para a construção de sentidos sobre esse texto. Desconsiderar que a forma do livro (ou do site ou do jornal), por exemplo, influencia as práticas e o processamento da leitura é como perder de vista o cenário em que a leitura ocorre, tão importante quanto o próprio texto.

Considerando-se, então, que a *performance* nos interessa, em relação à produção editorial, colocamos os profissionais de edição como figuras centrais na produção das obras (portanto, também, como co-responsáveis pelas condições de leitura que elas terão). Entre esses profissionais está o revisor de textos, também chamado por alguns de “corretor”. Na história, no entanto, esse nem sempre foi um elemento claramente distinto da produção, movendo-se sua caracterização juntamente com as reconfigurações da própria história das tecnologias de edição.

Para Chartier (2002), a importância do revisor não repousa apenas na relevância do trabalho desse profissional em cada obra, mas de sua intervenção como ator social. “O papel dos editores de texto e dos revisores na sistematização gráfica e ortográfica das línguas vernaculares (incluindo a pontuação) foi muito mais determinante do que as proposições de reforma ortográfica”, afirma o historiador, mencionando tentativas de reforma propostas por escritores (Chartier, 2002, p. 28). Antes disso, é preciso voltar à produção do texto, instância que cabe, inicialmente, ao autor. “A partir do momento em que a produção do texto deixou de ser atribuída à irrupção espontânea do mundo sagrado, ela começou a depender da aplicação correta e da imitação das regras” (Chartier, 2002, p. 21), aplicação esta, afirma-se, atribuída a profissionais. Nesse sentido, é razoável apontar o papel um tanto conservador do profissional do texto, algo que lhe dá ares de “prescritivista” (como quer Britto, 2003), o que nem sempre é verdadeiro, já que sua atuação precisa ser muito mais flexível do que se costuma supor.

Chartier (2002) trata da publicação de textos teatrais, seara que pode exemplificar bem a complexidade do trabalho de edição de textos (e de revisão). Editar textos para serem oralizados não é o mesmo que revisar livros que serão lidos em silêncio. Para trabalhar neste tipo de obra, assim como nos modernos roteiros de cinema, é necessário mais do que conhecimento gramatical (no sentido da gramática normativa tradicional). Mais do que isso, é preciso conhecer linguagens e aspectos multimodais nem sempre mencionados, lembrados ou ensinados. No caso dos textos teatrais, a pontuação surge como camada importante da linguagem, merecendo



tratamento especial por parte dos profissionais da edição. Trabalhando a história da edição de textos de teatro dos séculos XVI ao XVIII, Chartier (2002, p. 25-26) afirma que “a pontuação não deve de modo nenhum ser considerada (assim como as variações gráficas ou ortográficas) como o resultado das intenções do autor do texto, mas sim dos hábitos dos tipógrafos que diagramaram as páginas impressas”, consideração que dá uma ideia do “peso” desses profissionais na configuração das obras (e da leitura, mais adiante).

Corretores e revisores já tiveram seus espaços melhor delimitados, ao menos para aqueles que estavam de fato envolvidos nas redes de produção editorial. Segundo Chartier (2002, p. 27), ao “*corrector*” cabia a “preparação do manuscrito para a composição”, isto é, este profissional é “o editor de texto que acrescenta letras maiúsculas, acentos e sinais de pontuação e que deste modo padroniza a ortografia e estabelece convenções tipográficas”. Mais adiante, segundo Moxon (citado em Chartier, 2002), tem lugar o revisor, aquele que “examina a prova e confere a pontuação, os itálicos, as capitulares ou qualquer erro que possa restar, ou possa ter sido cometido pelo compositor”³, tratando-se, portanto, de duas atuações distintas, de profissionais diferentes, de forma sequencial, já que a um cabe conferir o trabalho do outro, antes e depois da composição (atualmente, da diagramação). O tratamento dado a Moxon à descrição destas tarefas traz certo ar de “fiscalização” ao trabalho do revisor, algo que hoje ganha um tom mais colaborativo, aspecto bem-abordado por Martins (2005), quando o autor trata das “redes do livro” como trabalho necessariamente coletivo.

Citado por Chartier (2002, p. 27-28), Paredes descreve o corretor como o profissional a quem cabia “entender o conceito daquilo que o autor mandava imprimir”⁴ e, “de acordo com tal conceito, aplicar a pontuação correta, procurar ‘descuidos’ do autor e corrigir os erros do tipógrafo por meio da leitura das provas enquanto um aprendiz lia em voz alta”. Neste caso, a atuação de um mesmo profissional parece ocorrer nas duas pontas do processo de edição, pré e pós-composição. Aponta Chartier, no entanto, que edição e revisão de textos eram feitas, mais frequentemente, “por clérigos, licenciados ou professores contratados por editores e impressores para que suas publicações fossem o mais corretas possível”. Publicar livros impecáveis, do ponto de vista da correção de linguagem, parecia ser vantajoso para os editores de 1500, por

³ Texto original: “examines de Proof, and considers the Pointing, Italicking, Capitalling, or any error that may through mistake, or want of Judgement be committed by the Compositor”. Tradução livre de nossa responsabilidade.

⁴ Texto original: “entender el Concepto del Autor en lo que manda imprimir”. Tradução livre de nossa responsabilidade.



exemplo, que costumavam louvar suas edições com a expressão “*con ogni diligenza corretto*”⁵.

Ao que tudo indica, jamais a importância do revisor ou do preparador foi negada. Ao contrário, para Chartier, especialmente no século XVI, ela esteve evidente, na necessidade desses profissionais em diversas fases do processo de edição:

preparação do manuscrito, nas diferentes etapas da revisão, nas correções feitas durante a impressão, na compilação de errata em suas diferentes formas: correções a tinta em cada exemplar, folhas avulsas incitando o leitor a fazer ele mesmo as correções no seu exemplar, ou páginas de errata acrescentadas no final do volume. (Chartier, 2002, p. 27-28)

No século XXI, diante da profusão de textos publicados em diversas mídias, parece, da mesma forma, haver campo para a atuação de bons profissionais de edição e revisão de textos. A distinção entre fases pré e pós-diagramação ficou menos evidente, a partir da possibilidade de intervenção no texto ainda só existente em arquivos digitais, lidos diretamente na tela do computador. No entanto, ainda é evidente a demanda pela padronização, pela “correção” com base em padrões preestabelecidos (por gramáticas, manuais, parâmetros predefinidos) ou pela adequação a determinado público-alvo ou mídia.

A questão que Chartier (2002, p. 109) se coloca, localizando-a no século XVIII, parece caber ainda nos dias de hoje: “Por que não pensar que a ‘revolução da leitura’ do século XVIII reside justamente na capacidade de se mobilizar diferentes modos de se ler?”. Mais do que nunca, o “leque de maneiras de ler” parece ter se diversificado, ao menos “para os leitores e as leitoras mais letrados”. Práticas de leitura novas ou mais tradicionais se misturam entre as possibilidades do leitor, que, no entanto, nem sempre está consciente de que (e quantos) profissionais estiveram (e estão) envolvidos na produção editorial dos materiais de leitura. E se as práticas de leitura mudaram (e aumentaram), também as práticas editoriais passam por alguma reconfiguração.

Corretores, preparadores e revisores mantêm-se atuantes, muito embora nem sempre tão distinguíveis. Editores de texto reescrevem (e até retextualizam) originais que serão diagramados. Revisores (corretores) verificam aspectos do texto (e de suas articulações com o layout e a imagem, por exemplo, para ficar só no suporte impresso) que ainda precisam ser verificados, conforme parâmetros de gênero e circulação dados pelo projeto editorial.

⁵ “Com todos os esforços de correção.”



E quem são, atualmente, esses preparadores e revisores? Com que qualificação eles atuam? Que orientações seguem e que tipo de intervenção fazem no texto? Que interação ocorre entre esses profissionais e os autores dos textos em que intervêm? Quanto de professor há no revisor (e vice-versa)?

Preparador, revisor, corretor e professor?

Como afirma Chartier (2002), entre os profissionais comumente contratados para revisar textos nos séculos XVI, XVII e XVIII estavam os professores. Não era de se esperar outra coisa, já que profissões voltadas para a comunicação só surgiram, como as conhecemos, no século XX. O tratamento de texto dispensado às obras em processo de publicação era, então, feito por profissionais qualificados para o trabalho com a linguagem.

A formação do professor de línguas, no século XX ou no XXI, não costuma focalizar aspectos da produção editorial. É mais comum que a preocupação com aspectos pedagógicos e linguísticos predomine sobre qualquer aspecto mais voltado à produção gráfico-editorial. O lugar do profissional de edição foi (e ainda é) se consolidando na Comunicação Social e em suas habilitações, especialmente em Editoração, Produção Editorial ou Jornalismo.

Dado esse cenário de formação, é comum que editores e produtores prefiram contratar profissionais de Comunicação para as etapas da edição anteriores à diagramação. O professor de língua (especialmente materna) costuma ser lembrado quando o problema é a revisão de texto, fase adiantada da produção pós-diagramação, quando a tarefa editorial é a verificação e a “caça aos erros”. Daí certa fama normativista do “professor de português”, também conhecido como “corretor”.

Os tipos de intervenção que os profissionais de revisão fazem nos textos também são objeto de discussão e pesquisa. Normalização, correção ortográfica, sintática e estrutural são aspectos formais comumente tocados pelo revisor. E o conteúdo, a quem cabe? Problemas de layout dizem respeito ao revisor? Até que ponto se pode “mexer em um texto”? Quais são os limites entre retextualização, reescrita, edição e revisão? Com que intensidade pode ocorrer o diálogo entre revisor e autor? Algumas editoras mantêm certa distância entre ambos, optando pela mediação do editor. Outras instituições preferem uma negociação direta entre autor e revisor, estabelecendo entre eles uma relação de confiança.



Serafini (1989) e Ruiz (2001) são referências importantes para o trabalho sobre tipos de intervenção do corretor de textos, no diálogo com o autor. Diversas pesquisas, especialmente em Lingüística, foram feitas para se discutir aspectos da reescrita como forma de aprendizagem de produção textual, muito embora a maior parte desses trabalhos se concentre na revisão do texto feita pelo próprio autor, em geral o aprendiz, com finalidades pedagógicas. Raros são os trabalhos que abordam a reescrita como revisão, intervenção de um profissional no texto alheio, com finalidades diversas, mas principalmente a publicação.

Assis (2006) cita Serafini e Ruiz ao lembrar os tipos de correção propostos pelas duas autoras. Para Serafini (1989), as correções seriam de tipo resolutivo (quando o revisor⁶ resolve os problemas encontrados no texto), indicativo (o revisor apenas marca os problemas) e classificatório (o revisor utiliza metalinguagem para indicar os problemas). Ruiz (2001) amplia essas categorias, propondo a revisão interativa, quando o revisor dialoga com o autor, dando sugestões e discutindo aspectos do texto. Segundo as autoras, o último tipo de correção subsidia muito mais a construção da autoria e a aprendizagem da escrita.

Salgado (2007) oferece excelentes exemplos de como a revisão interativa traz implicações discursivas importantes para a versão “terminal” do texto (Fiad; Barros, 2003), para muito além de aspectos meramente formais. É importante salientar, no entanto, que as práticas editoriais costumam regular a atuação desses profissionais em relação aos tipos de intervenção preferíveis em dada etapa da produção. Editores de texto e preparadores têm condições de atuar interativamente, já que é nessa fase que ocorre a busca pelo “texto definitivo” ou, ao menos, “decidido”, normalmente, em negociação com o autor; enquanto que revisores (pós-diagramação) atuam de maneira resolutiva, evitando comentários, dúvidas e metalinguagem. Nesta etapa, questionamentos e sugestões muito longas podem comprometer os custos e os prazos do projeto.

A prática da revisão de textos para o mercado editorial tem propósitos bastante diversos daqueles que costumam se estabelecer em sala de aula, no ensino da escrita. Professores e alunos estabelecem relações quase que mediadas pela produção do texto, muita vez em diálogos escritos às margens da página. Matencio (2002) comenta que “em muitas práticas sociais, sejam elas escolares ou não, reescrita e retextualização se

⁶ É bom lembrar que Serafini abordava um contexto de produção de texto na escola, e que este “revisor”, na verdade, era o professor de “redação”.



confudem com frequência”, no entanto, “do ponto de vista teórico-metodológico, a abordagem dessas atividades não é equivalente”, ou seja, reescrever e retextualizar são ações diferentes sobre o texto. Se aplicarmos isso à situação do processo de publicação (para além do de redação) e se pensarmos que a relação que rege a negociação do revisor com o autor não é a mesma que rege professor e aluno, teremos então “propósitos comunicativos” diversos. Matencio (2002) afirma que é “desejável” “tratar a reescrita como atividade distinta da revisão”, já que os “eventos de interação” que envolvem esta prática são completamente distintos. É disso que queremos nos aproximar quando dizemos que a preparação de originais é mais ajustada a uma ação interativa (revisor, texto, editor, autor) e a revisão se coloca entre as intervenções de tipo resolutivo, em geral, no trabalho concentrado do profissional e na aprovação (ou não) do autor, sem tanta negociação.

As “etapas sucessivas de refacção de textos por alunos” (Matencio, 2002) têm como finalidade algo diferente das etapas da revisão de textos para publicação, muito embora a “ação pedagógica” (Britto, 2006) possa tomar lugar em ambas as situações. Se ambas as intervenções têm como meta “o aprimoramento da escrita” (Matencio, 2002), é de se retomar o fato de que a revisão editorial lida com prazos e fluxos bastante diversos da sala de aula. Em Ribeiro, Souza e Souza (2009), discutimos a produção editorial com base na gestão de projetos, considerando-se escopo, prazos, pessoas e custos, inclusive enfatizando que a revisão de textos é uma etapa envolvida entre os riscos do projeto editorial e muito ligada ao controle de qualidade (também em outros campos profissionais isso leva o nome de revisão), comumente negligenciada.

Não raro, editores delegam preparação e revisão a profissionais inexperientes (por custo menor da produção), optam por fazer apenas a revisão (em geral, no momento errado do processo) ou mesmo eliminam esta etapa do fluxo, alegando ser ela desnecessária (já que autores “escrevem bem” ou algo assim). Projetos mal-revisados e preparados podem representar riscos altos, inclusive financeiros. Apenas a título de exemplo, as avaliações do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em suas fichas padronizadas aos pareceristas, consideram “erros de português” como pontos eliminatórios para as obras submetidas ao processo. É interessante comentar que esses “erros” estão diretamente relacionados a uma concepção de língua e linguagem muito ligada aos gêneros de texto e aos estilos das obras em análise pelos especialistas.

Em práticas editoriais fora da escola, no entanto, também se pode encontrar “ações pedagógicas” bastante interativas. Pereira e Reis (2007), por exemplo, mostram

os processos de revisão de dois jornais impressos mineiros (processos esses inspirados em outros jornais brasileiros): em um dos periódicos, a revisão é feita antes da publicação, com o intento de “filtrar” os “erros” cometidos pelos jornalistas (revisão preventiva). A equipe de revisores (interna) trabalha contra o tempo, na tentativa de conseguir revisar o jornal inteiro antes da impressão, algo quase sempre inalcançado. Já o segundo jornal trabalha de forma educativa, solicitando um professor de língua que analise o jornal já publicado e ministre palestras e aulas aos jornalistas, na tentativa de “educar” linguisticamente os profissionais da redação.

De fato, a depender dos propósitos da revisão, a interação e a negociação entre autor e revisor têm muito mais implicações do que a simples “correção”, para a qual não haveria contra-argumentos, dado que ela estaria fundamentada na inexorável “gramática tradicional”. As negociações envolvidas no “retorno sobre o dizer” (Fiad; Barros, 2003) são mais sutis e mais flexíveis do que se imagina, o que implica a formação de profissionais de língua (sejam eles formados em tais ou quais cursos) pensantes e íntimos das linguagens (no plural).

Para exemplificar as implicações consideráveis trazidas pela intervenção do revisor, mesmo quando ele atua de maneira resolutiva, apresentamos um trecho de texto (resenha) que passava por processo de publicação em revista acadêmica. As alterações propostas pelo profissional contratado alteram profundamente o dizer dos autores, que, no entanto, tinham a última palavra na aprovação do material, sem qualquer diálogo entre o revisor e eles.

Outro aspecto que pode comprometer a ~~clareza~~ legibilidade de um texto é o vocabulário. No capítulo que trata desse item, as autoras reforçam a idéia ~~da utilização de~~ se usar um código ~~compartilhado~~ apel pelos interlocutores como condição para o sucesso da comunicação. Para elas, “o conhecimento das palavras empregadas na composição de

A substituição de “legibilidade” por “clareza” é não apenas inadequada, no contexto, como denunciadora de que o revisor não conhecia aspectos das teorias tratadas pelos autores. Seria o caso, então, da proposição de um diálogo em torno do tema e da adequação do texto, algo que, no entanto, não ocorreu em virtude de os prazos estarem sempre “apertados”. Outras alterações propostas no texto também podem ser discutidas, em momento mais propício.

Em segundo exemplo, desta feita ocorrido por meio da utilização de outra ferramenta do Word, os propósitos da revisão são interativos, e evitam, claramente, a



intervenção resolutiva. Até mesmo o tipo de ferramenta escolhida denota o tato do revisor ao fazer as propostas de alteração:

Quanto à **metáfora da edição**, estamos, afinal, abordando problemas muito próximos e tarefas que as metáforas das interfaces do computador nos fazem retomar. Veja-se, por

[MB20] Comentário: Fiquei confuso. A edição é metáfora aqui em que sentido? Ou se trata tb aí de camadas, edição sobre a edição, etc?

A Web 2.0 foi precedida pela Web 1.0, cuja característica era conter informação aberta ao acesso, no entanto, sem a possibilidade da intervenção livre

[MB22] Comentário: Redundante e portanto deselegante?

É importante salientar, nesses exemplos, a existência de condições de produção diversas na revisão, assim como a emergência de propósitos diferentes para o trabalho de revisar, não se excluindo daí, no entanto, a interação e a “ação pedagógica”, em sentido amplo.

Considerações finais

Diversos são os profissionais que têm o texto como atividade central. Nem sempre suficientemente preparados para a atuação, eles normalmente aprendem em serviço muitas formas de driblar adversidades (por exemplo, prazos, custos e o descaso com seu trabalho), além de maneiras de atuar propriamente no texto. Os níveis de negociação com o autor e o debate sobre o texto são muitos, em nuances difíceis de distinguir. Os ajustes são feitos à medida que se ganha experiência, no contato com editores e autores, entre outros profissionais da edição. Utilizar metalinguagem ao propor alterações textuais certamente implicará certa antipatia nas negociações, tanto com alunos quanto com clientes. Ora é preciso resolver problemas, com certa atitude desprendida; ora é interessante conversar e negociar propostas de alteração, com certa orientação pedagógica, no sentido de que revisor e autor aprendem sobre aspectos da textualidade nesta interação.

Agradecimentos

Carlos Frederico de B. d’Andréa; Flávia Caetano; Luciana Salazar Salgado; Cristina Yamazaki; José Muniz Jr.; Marcelo Buzato.

Referências



ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/Instituto Nacional do Livro, 1986.

ASSIS, Juliana A. Aprender a ensinar: a correção de textos por professores em formação. *I Congresso Latino-Americano sobre Formação de Professores*, UFSC, 9 a 11 de novembro de 2006.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Contra o consenso*. Cultura escrita, educação e participação. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 84-86. (Coleção Idéias sobre Linguagem).

CHARTIER, Roger. *Do palco à página*. Publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

FIAD, Raquel Salek; BARROS, Juliene da S. O papel da intercalação na reescrita. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. v.3, n. 1, p. 9-23, 2003.

MARTINS, Jorge Manuel. *Profissões do livro*. Editores e gráficos, críticos e livreiros. Lisboa: Verbo, 2005.

MATENCIO, M. L. M. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do gênero resumo. *Scripta* (PUCMG), Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 25-32, 2002.

PEREIRA, Ana Paula Martins; REIS, Daniele Marzano. 2007. *O processo de revisão de textos no jornalismo diário impresso: uma análise dos periódicos Estado de Minas e O Tempo*. Belo Horizonte, MG. Monografia de especialização. Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – IEC PUC Minas, 120p.

RIBEIRO, Ana Elisa. Em busca do texto perfeito: (in)distinções entre as atividades do editor de texto e do revisor de provas na produção de livros. *XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, 2007, Juiz de Fora.

RIBEIRO, Ana Elisa; SOUZA, Cristiane Linhares de; SOUZA, Yóris Linhares de. Concepção e desenvolvimento de livros impressos à luz da gestão de projetos: relato de experiência de ensino/aprendizagem em curso de especialização. *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro/Niterói, maio, 2009.

SALGADO, Luciana Salazar. 2007. *Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização*. Campinas, SP. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – IEL-UNICAMP, 299p.

YAMAZAKI, Cristina. Editor de Texto: Quem é e o que faz. Trabalho apresentado ao NP Produção Editorial, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. *Anais...* Santos: Unisantos, 2007.